

OS COMPONENTES SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS QUE INTERFEREM NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE MATEMÁTICA PRESENCIAL MEDIADO POR TECNOLOGIA NO MUNICÍPIO DE LÁBREA-AM

Data de aceite: 03/04/2023

Ericley Nascimento Lobatu

<http://lattes.cnpq.br/1096938679101886>

RESUMO: Ao situar no tempo e no espaço, onde se procurou conhecer os fatores socioeconômicos que interferem na formação dos acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática na tentativa de se compreender de como essas questões interferem no desempenho dos cursistas formados por essa modalidade de ensino. A investigação objetivou analisar como se desenvolve a Educação Superior Mediada por Tecnologia no processo de formação dos acadêmicos de matemática no Município de Lábrea-Am. Tendo em vista à natureza da pesquisa, deu-se relevância a descrição do cotidiano dos educadores dos espaços em estudo. Lábrea, um município com suas particularidades socioeconômica e culturais, situado ao sul do Amazonas cuja historiografia tem suas singularidades, pois no seu espaço geográfico, banhado pelo Rio Purus, que comporta uma biodiversidade onde se destaca os quelônios e o pescado. Os resultados da pesquisa, aqui sistematizados trarão um quadro não muito promissor no âmbito educacional,

ensejando ao leitor uma análise da real situação dos acadêmicos do curso de Matemática em estudo, cujos resultados aqui descritos têm seus reflexos negativos no processo de ensino e aprendizagem dos acadêmicos, considerando se as condições de aprendizagem lhe forem favoráveis serão tão capazes quanto aquelas que usufruem de um padrão de vida satisfatório. Quanto às implicações internas se menciona a ausência de um sinal de internet que dificulta o acesso, fruto das políticas de formação docente implementadas nos últimos anos, não tem considerado à prática do estágio supervisionado *in loco*, entre outros fatores, foi possível verificar à ausência de compromisso político e ético por parte de alguns educadores que têm contribuído com esse quadro social.

PALAVRAS-CHAVE: Formação inicial e continuada. Cursos televisionados.

INTRODUÇÃO

A investigação se desenvolveu no Centro de Estudos Superiores – CESLA da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, no Município de Lábrea, espaço geográfico situado no sul do Amazonas,

direcionada precisamente aos acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática. Os comentários tecidos nessa produção não representam somente a concepção do autor, mas sobretudo, o pensamento de autores renomados que construíram conhecimento em torno das políticas de formação direcionadas aos professores da educação básica. Nesse aspecto, o leitor terá uma compreensão de forma que se configurou na História da Educação o descaso que os governantes têm com os profissionais do ensino.

Vale salientar, que não basta apenas oferecer formação aos docentes, é pertinente analisar as condições pelos quais os cursistas dessas licenciaturas são submetidos, especificamente a logística, as condições socioeconômicas dos cursistas. Neste sentido, as instituições de ensino superior, que promovem os cursos de licenciatura devem rever essa política de formação voltada para os professores da educação básica, como instituição, precisa acompanhar as transformações sociais, econômicas e culturais impostas pelo processo de globalização.

Na região Norte, especificamente no estado do Amazonas, existe uma discrepância muito grande no que referem à questão geográfica, uma região cortada por rios e lagos, onde as dificuldades das populações dos municípios do interior são gritantes. Isso tende a refletir de forma negativa na qualidade das formações ofertadas pelos centros universitários nessas localidades.

Lábrea é um município brasileiro localizado no sul do Estado do Amazonas que se estende por uma área de 68.234Km², da região norte do País, distante da capital Manaus aproximadamente 800 km. Sua população é de 46.069 habitantes, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019. Considerando as distâncias geográficas entre a capital e os demais municípios que integram o estado do Amazonas, a UEA preocupou-se em levar educação aos diversos povos e culturas que compõem o estado, profissionalizando e oferecendo aos diversos municípios uma mão-de-obra qualificada e de nível superior.

Alguns municípios do Estado do Amazonas tornam-se viável a criação e permanência de cursos de graduação regulares, com professores residentes, acervos bibliográficos, estrutura física e outros fatores que permitem a consolidação dos cursos em determinadas localidades, no entanto em outros municípios a permanência de alguns cursos não se torna viável e/ou necessária, em virtude de não se ter mercado profissional suficiente para absorção destes profissionais.

Considerando as distâncias existentes entre a capital e os demais municípios que compõem o estado, onde o transporte muitas vezes é precário, as comunidades ficam isoladas, as necessidades e diversidades são inúmeras, então a UEA preocupou-se em levar até essas regiões educação, oferecendo aos diversos municípios, dando ênfase neste estudo ao município de Lábrea uma mão de obra qualificada.

A UEA destaca-se pela quantidade de cursos oferecidos a distância e pela quantidade de municípios que atende, através do sistema presencial mediado por

tecnologia, assim como pela qualidade atribuída a eles em relação ao seu corpo docente, técnico, administrativo e todo suporte educacional e infraestrutura oferecida.

Ministrar via televisão é um desafio que muitos professores enfrentam quando são convidados a ensinar a disciplinas neste sistema. Os professores que ministram aula pela televisão visualizam outro cenário, ou seja, não há presença de alunos, apenas câmeras, logo eles se questionam sobre as dúvidas que os alunos possam ter e seus questionamentos imediatos, o que resulta em vários fatores a serem adotados como: postura, métodos, domínio de conteúdo, planejamento, metodologia de ensino, concentração e conhecimento de ferramentas tecnológicas utilizadas para o suporte pedagógico.

A avaliação neste processo de ensino-aprendizagem engloba vários parâmetros: a didática do professor, as metodologias pedagógicas utilizadas em todo o processo, os recursos didáticos e tecnológicos utilizados e principalmente o acompanhamento da coordenação pedagógica do curso perante a atuação do professor, buscando sempre prover mecanismo de apoio e suporte para atingir qualidade no processo educacional.

DESENVOLVIMENTO

Pensar na formação de professores na referida região, é imaginar uma natureza exuberante, cortada por rios e lagos que substitui as ferrovias, estradas de outras regiões do país. Para quem nunca teve esse contato direto com os espaços amazônicos, por certo terá dificuldade de compreender as multifacetadas que jaz nos bastidores dessa população. Além do aspecto ambiental, típico desse espaço, é imprescindível discorrer sobre a riqueza cultural que agrega nesse contexto, onde o sangue do caboclo, do negro e do europeu corre nas veias de um povo que aprendeu a conviver com as dificuldades e as intempéries da natureza.

Embora as estatísticas apresentem que a natureza dessa região foi agredida, contudo, estudos mostram que existem áreas intocáveis, espécies da biodiversidade que ainda não foram catalogadas. É nesse labirinto ambiental, precisamente na região sul do estado que está localizado o Município de Lábrea, cujo o significado deriva da palavra remete a figura de um coronel, Antônio Rodrigues Pereira Labre, que os registros históricos se firmam como fundador desse povoado, que em decorrência do progresso adquiriu categoria de cidade. Ao início de seu povoamento, quando criado o município sendo desmembrado de Manaus, seus limites vinham desde a boca do Abufari à Bolívia. Inicialmente seu fundador idealizou na localidade denominada Terra Firme do Amaciary. O referido município é banhado pelo Rio Purus, que comporta a maior reserva de quelônios e peixes que servem como fonte de economia e tornou-se a base de alimentação da população.

É nessa cidade que está situado o Centro de Estudos Superiores de Lábrea – CESLA UEA, que através de um estúdio e um sistema sofisticado, com todo os aparatos tecnológicos de última geração conseguem contemplar 17 municípios do interior do

Amazonas com a formação docente para os profissionais do ensino do curso de Licenciatura em Matemática Presencial Mediado por Tecnologia. Através da tecnologia, é possível alcançar as populações dos espaços mais remotos do planeta.

Nesse contexto, tão diverso a tecnologia rompe teoricamente com a ideia de um ensino que tem o professor como centro do processo de ensino para um novo sistema, no qual se teria a aprendizagem e sua construção colaborativa como escopo principal, ou seja, o professor deixa de ser um transmissor de conhecimentos, para ser o mediador entre os saberes e os alunos, sendo uma “[...] ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem – não uma ponte estática, mas uma ponte ‘rolante’, que ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos” (MASETTO, 2011, p. 145). Ao indicar o professor como ponte, pretende-se dizer que o professor colaborará no processo de consolidação das aprendizagens do estudante como mediador do processo de formação do estudante, favorecendo-propiciando a inter-relação (encontro-confronto) entre sujeito (estudante) e o objeto de seu conhecimento (conteúdo escolar).

A formação de professores de matemática dada através do ensino mediado por tecnologia no Município de Lábrea-Am constitui-se uma alternativa pedagógica e objetiva superar os obstáculos logísticos inerentes à geografia física do estado do Amazonas, oferecendo oportunidades de acesso ao ensino superior aos seus residentes.

No sistema presencial mediado por tecnologia da UEA, os recursos tecnológicos são utilizados visando melhor aproveitamento do aluno nas disciplinas que são ministradas via televisão. Os cursos utilizam ferramentas e técnicas específicas, visando uma melhor atuação do professor na disciplina e um melhor aproveitamento educacional dos acadêmicos.

Nessa concepção, que Pimenta, (2005) faz uma breve descrição dos cursos mediado por tecnologia, logo nos dizeres da autora esse tipo de formação não dá conta da multiplicidade que requer a função docente, pois atualmente se vivencia um momento de muita turbulência em todos os sentidos da sociedade. Enquanto as universidades públicas dão relevância à prática da pesquisa e extensão, as demais só focalizam o ensino. Esse até acontece, mas de maneira insipiente, a duração desses cursos não acontece num prazo desejado, além desses percalços esses cursos na sua maioria são mediados por recursos multimídia, onde um comunicador transmite através de satélite para várias turmas em municípios diferentes a mesma aula em tempo real. Pimenta (2005) faz uma crítica à maneira com que esses cursos são oferecidos:

Um exemplo dessa lógica é política que vem sendo implantado em diferentes estados, com instalação do tele ensino, no qual as escolas são equipadas com redes de televisão que transmitem os programas das disciplinas, gerados por uma central e que coloca os professores como monitores (PIMENTA, 2005, p. 38).

Com a vigência da Lei 9394/96, bem como a lei do Fundef, mais tarde substituída

pela Lei 11.494, torna-se obrigatório a formação docente em nível superior. Os gestores por sua vez levaram em consideração os prazos, sem atentar para a qualidade, algo tão essencial na construção de uma sociedade equilibrada. Partindo dessa obrigatoriedade, os cursos de formação docente são amplamente divulgados, a educação a distância foi regulamentada, os governos se valeram das novas tecnologias para cumprir o prazo estipulado na Lei. Pelo art. 62 fica definido:

A formação de docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em caso de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação, admitida, com formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Mas o que se percebe é que as instituições de ensino superior não consideram a completude desses saberes. Brzezinski (2002) entende que a LDB 9.394/96 está retroagindo desconsiderando toda formação acadêmica, em especial quando se trata da produção do saber científico, competência essa da Universidade. A autora citada ainda critica a liberdade que a LDB dá aos institutos superiores de educação para ministrar tais cursos, onde a proposta de ensino dessas instituições não contempla um projeto de pesquisa e extensão. Aguiar (2002) concorda plenamente com Brzezinski, esse ainda acrescenta que os IES (Institutos de Ensino Superior) foram constituídos de forma arbitrária, pois não houve uma discussão com a sociedade civil.

O ideal da universidade, conforme Pimenta (2005) pauta-se na produção do saber científico, da técnica, transmissão da cultura, criação artística, crítica do conhecimento científico e a preparação para o exercício de atividades profissionais que exijam aplicação de método sofisticado. Dessa maneira, é primordial que essa instituição contemple no seu projeto político – institucional a pesquisa e extensão. O que se percebe é que na prática existe uma dualidade. Como afirma Freire:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indago. Pesquiso para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1998, p.32).

Os professores discentes, refém desses cursos, terão uma formação deficiente, onde a prática de pesquisa não foi desenvolvida, o contexto social foi ignorado, não houve intervenção, logo a função social da universidade passou por alto, se restringiu ao treinamento e adestramento.

Para Chauí (2001) “a universidade, exatamente como empresa, está encarregada de produzir incompetentes sociais, presas fáceis da dominação e da rede de autoridade [...] tanto menos se deve ensinar e tanto menos se deve aprender.” Nessa perspectiva as políticas de formação docente estão permeadas de uma ideologia dominante, onde os

conhecimentos pertinentes a grade curricular é trabalhada de maneira muito superficial. O processo de reflexão e produção do conhecimento real, pautado numa pesquisa de campo, onde uma realidade é estudada numa ação de permanente transformação social, passa por despercebido.

Os professores da educação básica egressos desses cursos, mais precisamente os do ensino fundamental, saem desses cursos despreparados para enfrentar os desafios de uma sala de aula, pois não aprenderam a pesquisar e nenhum trabalho de intervenção foi desenvolvido. Logo irão reproduzir um conhecimento alienante, de certa forma, ultrapassado, o preparo para a vida cidadã é uma utopia, pois só se pode oferecer formação consistente quando os professores têm uma sólida formação. Professores mal formados, resultado: aluno com formação medíocre. Percebe-se um ciclo vicioso, no fim do processo o aluno será arruinado. Nesse sentido, a escola está a serviço da classe dominante, um aparelho do Estado, que entregará à sociedade, jovens despreparados para assumir sua cidadania no sentido pleno.

No enfoque tradicional ou prático- artesanal, a finalidade do ensino é a de transmitir os conhecimentos diretamente vinculados às habilidades para fazer coisas, ou objetos e os modos, usos, costumes, crenças e hábitos, reproduzindo-os, portanto, conservando os modos de pensar e agir tradicionalmente consagrados e socialmente valorizados (PIMENTA, 2006, p. 183).

Nesse contexto, o ensino fica só no processo de verbalização e transmissão de conceitos já obsoletos diante do novo momento histórico. Hoje os teóricos progressistas defendem a formação de cidadãos pensantes, reflexivos, criativos e, sobretudo, autônomos. Franco (2008, p.132) defende que saberes pedagógicos são construídos numa prática reflexiva, não são os anos de experiência que faz um bom professor, mas a capacidade de manejar o conhecimento. Experiência nem sempre representa competência. Franco (2008) ainda salienta que,

Quem trabalha com formação de professores está cansado de verificar o desespero de professores frentes ao próprio despreparo profissional; saem da faculdade sem saber como organizar um bom começo de prática docente; saem dos cursos de formação continuada sem coragem de empreender mudanças na prática; ou seja, não conseguiram apreender saberes básicos e nem conseguiram estar em processo de construção dos saberes pedagógicos (FRANCO, 2008, p. 134).

A autora faz uma crítica a forma com as universidades vem desenvolvendo os cursos de formação docente, dando ênfase que tal formação não pode se dar de maneira abreviada e superficial, pois trata-se da formação do profissional que formará outros profissionais. Assim, a formação deve lhe propiciar solidez política, ética estratégias diversificadas no alcance dos objetivos no processo ensino-aprendizagem e, sobretudo, compromisso com sua prática.

Perrenoud (2007, p. 87) afirma que a identidade do profissional da educação é

construída numa relação íntima com o meio cultural, porém, a formação universitária muito contribui com a construção sólida do profissional da educação. Essa identidade profissional é uma questão de sobrevivência, pois o mundo globalizado que requer profissionais de formação sólida, profissionais que desenvolvam todas as competências que a Base Nacional Comum Curricular requer para o cidadão do momento. Nessa compreensão, Demo (2000) concebe o processo ensino-aprendizagem como uma mão de via dupla. O aluno só aprenderá bem se o professor aprender bem, pois na sua ótica “professor não é quem dá aula, mas quem sabe fazer o aluno aprender”. Esse é o maior desafio da escola, fazer o aluno aprender e desenvolver as competências e habilidades que o currículo propõe para a educação básica. Se o professor que passou por uma academia, não consegue desenvolver as competência e habilidades inerente ao desenvolvimento humano, por certo falhará nesse quesito social.

Alarcão (2003, apud. Veiga 2003, p.104) na mesma direção define o professor como um profissional com uma formação plena, que sabe gerir informação, comprometido com a sociedade, que sejam homens e mulheres de cultura, não um mero técnico ou burocrata. Mas um profissional do conhecimento, não meros dadores de aula, que segue à risca uma proposta curricular, sem, contudo, formar pessoas aptas a viver e conviver em uma sociedade que vive em momento tão evoluído da história. A autora afirma que a formação inicial ou continuada implica no adulto em mudanças de hábitos, que estão arraigados na prática do profissional.

Demo (2005, p.106 e 107) pensa o professor como o profissional que arquiteta toda sorte de mudança positiva na vida do estudante, na medida em que tenha aprendido e saiba se posicionar criticamente frente aos desafios da sociedade. O professor na acepção da palavra, não é aquele que segue uma linha pedagógica, de forma linear, mas um sujeito visionário, que prepara o cidadão para o presente e para o futuro. Moretto, (2008, p. 25) dá um elenco de competência que o professor deve dominar, dentre essas valem ressaltar as seguintes: domínio do conteúdo, organização do contexto de aprendizagem, o uso de estratégias dinâmicas, conhecimento do contexto socioeconômico-cultural e contextualização do ensino, nisso consiste o perfil do bom professor. Isto é, um profissional proativo, que não espera as circunstâncias favoráveis para promover a mudanças, é um profissional que sonha, que tem esperança, mesmo vendo o rumo infelizmente que os governantes estão conduzindo à nação.

Luckesi, (2009, apud Candau, 2009, p.29) rejeita o termo “formar” visto que o mesmo soa como autoritarismo, remete a um sujeito pronto e acabado, ranços de uma educação bancária, tal pensamento contrapõe a concepção de homem de sociedade, incorporada pelos educadores progressistas. Analisando a citação, é possível entender nas entrelinhas, que os legisladores deram uma atenção máxima nos prazos estipulado pela lei. Para o autor a formação do educador demanda condições favoráveis de aprendizagem que possibilitem a construção de um arcabouço filosófico, científico, técnicos e conseqüentemente outras

competências pertinentes aos saberes pedagógicos. Essa busca surge a partir de uma reflexão, nunca de imposição autoritária onde muitas vezes o educador não se encontrou.

Como formar esses cidadãos se os profissionais da educação não recebem uma formação sólida. Não pode pensar no professor como sendo um objeto, mas esse é profissional considerado a elite do saber. Alguém que forma, que orienta o destino da atual geração. Nesse aspecto, os gestores públicos devem repensar a sua postura e redefinir as propostas de educação, especificamente proporcionando as melhores condições de aprendizagem. O professor no ideal da classe dominante não precisa dominar os conhecimentos científicos, mas ter o domínio de determinadas rotinas de intervenção oriundas de competências comportamentais, logo sua formação é pensada só no aspecto técnico-instrumental.

Para Perrenoud, (2007, p. 36) essa multiplicidade de interesse é um desafio no fazer do profissional da educação, que em muitas situações foge de sua competência não diversificar as atividades de aprendizagem, havendo um distanciamento daqueles que enfrentam enorme dificuldade que por conta das circunstâncias ficam alijados do processo. As teorias sócio-históricas dão contribuições significativas que permitem ao educador uma compreensão abrangente dos diferentes contextos. Para Libâneo, (2005, apud. PIMENTA e GHEDIN, 2005, p. 74) os educadores que fazem uso dessa concepção de aprendizagem terão elementos suficientes para trabalhar o aluno concreto com as suas reais dificuldades, pois o conhecimento é construído numa interação com o meio.

É imperativo que as instituições que promovem os cursos de formação docente repensem a possibilidade de oferecer ao professor discente uma formação plena, não meramente técnica destituída de sentido prático, mas uma formação voltada para uma ação reflexiva, requisito imprescindível ao educador contemporâneo. O profissional da educação ao ingressar nesse campo tão complexo deve buscar o conhecimento e uma formação contínua. Estudos comprovam que ninguém se faz num tempo definido esse profissional crítico reflexivo, instigador, é um processo contínuo. Como afirma Sacristán, (2005, apud. PIMENTA e GHEDIN, 2005, p. 83-84) “não há conhecimento firme, seguro, que possibilite uma prática correta, porque a prática deve ser inventada pelos práticos”.

Igualmente, Freire (2004, p. 53) compartilha do mesmo pensamento, sua definição de homem é de um ser em constante evolução que vai se fazendo a partir de sua atuação sobre o meio. O mesmo salienta que a educação é uma ação tipicamente humana situada no contexto histórico num permanente dever. Aqueles que assumem a função de educador devem aprender a ser professor, e, sobretudo gostar de gente. Nesse projeto, o conhecimento é construído e reconstruído num movimento dialético, o homem é proprietário de um vasto conhecimento prático que cabe ser aprimorado numa perspectiva de mudança e emancipação social.

Somente uma pedagogia diferenciada atenderá aos anseios dos que diariamente são excluídos do âmbito educacional, a angústia maior é que tal exclusão parte primeiramente

dos professores que ignoram esse público, se aperfeiçoam com aqueles que correspondem com suas expectativas. Nessa linha de raciocínio Alarcão, (2003, p. 101) afirma que a escola tem que ser um lugar onde alunos se sintam bem, pois do contrário esses encontraram na rua mais atrativo. Para que esse ideal se concretize é necessária compreensão por parte dos educadores, a fim de que encontre seu espaço por iniciativa própria. Infelizmente, as práticas de muitos ditos educadores contradizem esse ideal. Ainda não compreenderam que desafio maior consiste com aqueles que se esbarram nas dificuldades provenientes do sistema socioeconômico vigente.

Ouve-se nos discursos pedagógicos de fracasso escolar fazendo referência aos alunos que não conseguem aprender o mínimo, consideram esse fenômeno como se fosse uma epidemia que se alastra em todos os âmbitos sociais. Charlot, (2005, p. 94 apud. PIMENTA e GHEDIN, 2005) contrapõe ao termo “fracasso escolar,” prefere usar: “dificuldades de aprendizagem”. As dificuldades não são uniformes, os teóricos especificamente da Psicologia defendem as inteligências múltiplas, os indivíduos se definem por área de conhecimento, não necessariamente todas as áreas.

O trabalho pedagógico por si só requer profissionais versáteis, que tenha capacidade de interagir com outras culturas, que saiba conviver com as classes populares, e sobretudo, que tenham disposição para a enfrentar as dificuldades provenientes do povo que são excluídos de seus direitos sociais, ter a capacidade de colocar no lugar do aluno e se possível se misturar com essa cultura tão diversificada.

No período de formação o profissional de educação deve entender que o serviço será de natureza pública, onde ele vai se deparar com inúmeras realidades e dificuldade de uma sociedade marcada pela exploração. As mesmas dificuldades que os alunos de baixo poder aquisitivo enfrentam na escola básica. Os alunos da graduação, também enfrentam, especialmente os alunos que moram no interior do Amazonas. Essas dificuldades são de toda natureza, mas o fator econômico é o que desencadeia as demais. São alunos desprovidos e sem condições para se manter no período de estudo, que pelas necessidades que enfrentam se encontram em situações de penúria. Uns sabem lidar com tais dificuldades, são persistentes, conseguem se arranjar com ausência de certos gêneros básicos. Mesmos se privando de certos direitos que a Constituição lhe assiste conseguem superar os problemas de seu cotidiano.

Frente as dificuldades enfrentadas pela população de baixa renda, nada mais justo o gestor, seja da esfera federal, estadual ou municipal criar um sistema de bolsa com auxílio alimentação e moradia, a fim de que esses alunos completem o ciclo de formação. Isso seria uma motivação para os filhos das classes populares concluir o ensino superior com aproveitamento. Nesse aspecto, a motivação é um fator relevante, pois pode promover a esses estudantes novas chances de se infiltrarem no mundo do trabalho de forma satisfatória. Esse público em muitos casos é injustiçado, especialmente que quando são comparados com alunos da capital ou de outros contextos que se tem melhores condições de estudo.

Para Gil (2005, p.86) isso é um fator a ser considerado em toda as áreas de produção, especialmente no ato de aprender, o mesmo saliente que:

Um dos fatores mais importantes para o aprendizado de qualquer coisa ou realização de qualquer tarefa é a motivação. Um dos estudantes pode ser muito inteligente, mas ninguém será capaz de fazê-lo aprender se ele não quiser. Se ele submetido a uma situação de aprendizagem, como, por exemplo, uma aula, ele provavelmente irá dedicar sua energia e atenção para fins menos desejáveis. Por outro lado, um estudante altamente motivado para aprender determinado assunto provavelmente fará melhor do que outro estudante com a mesma capacidade intelectual, mas que não esteja tão motivado (GIL 2005, p. 86).

A motivação é uma estratégia muito utilizada no mundo empresarial. Os setores de produções sempre trabalham na perspectiva da motivação, no alcance de metas. Logo tal estratégia, também funciona na área educacional, especificamente quando se trata aluno do contexto dos cursos de formação docente dos municípios do interior do Amazonas. Os professores da educação básica estão no mesmo nível de desigualdade, que por sua vez, também devem ser profissionais motivado, reconhecido como profissionais que constroem o alicerce de uma sociedade. Se o professor está desmotivado com o que faz o resultado será aluno desmotivado. Nesse aspecto, há uma relação mútua aprendizagem e motivação. Gil ainda acrescenta:

O ponto de partida da motivação para aprender está, pois, no reconhecimento por parte do estudante de que tem necessidade de aprender alguma coisa. Esta necessidade é que desperta o seu organismo, dirige-se para um alvo particular- o conhecimento – e o mantém em ação. Durante muito tempo admitiu-se que a motivação seria pré-condição essencial para ocorrência da aprendizagem. Mas posteriormente, passou-se a entender que a relação entre motivação e aprendizagem é recíproca. A pessoa pode aprender com um nível relativamente baixo de motivação, mas à medida que progride, que experimenta êxito e competência crescente, ou que algum modo é beneficiado pelo fato de aprender, seu nível de motivação pode se elevar (GIL 2005, p. 86).

A ausência de um olhar para professores e os futuros profissionais da educação, constitui um caso, que desmotiva a atual geração ter interesse pelo ofício do magistério público. A desvalorização constitui um fator que muito tem contribuído com baixa a autoestima dos profissionais do magistério. Esse profissional diante dos resultados das avaliações externas, sempre é exposto nas reuniões pedagógicas, como bode expiatório, responsável por tais resultados. A maneira como os gestores lidam com o professor, também pode influenciar, seja de forma positiva ou negativa. Isso tem afetado o cotidiano do profissional da educação, precisamente os desenvolvem a função em condições precárias. O não compromisso das autoridades educacionais com a qualidade do ensino público, sempre será o pivô da situação que desencadeará sérios transtorno na vida dos que sonham com uma sociedade igualitária. O gestor público comprometido, que tem interesse com o real progresso da sociedade, dará mais atenção as questões educacionais. Nesse contexto

de desigualdade, os professores tornam-se reféns e vítimas dessas políticas de formação docente implementadas na região amazônica. Essa exclusão, é tão forte que estado emocional desse profissional é prejudicado. O professor antes de ser um profissional, é uma pessoa que tem sentimento, não é um super-homem, mas alguém que tem suas limitações ou carências a ser supridas. Se a saúde emocional do professor ou do aluno é afetado, os resultados de seus trabalhos não serão tão expressivos.

Além dos elementos já citados, vale destacar o vínculo empregatício dos professores do Brasil, é o regime de contrato temporário, que afeta autoestima do professor e por consequência a qualidade de sua prática pedagógica. Perante a Constituição Federal, os profissionais do magistério público devem ser admitidos unicamente através de concursos públicos e prova de títulos, contudo, os executivos fazem uso do contrato temporário para manter seu público em período de campanhas políticas. Carneiro (2015 p.694) esclarece:

A situação PERMANENTE dos TEMPORÁRIOS cria um regime de instabilidade na escola e favorece um esquema de alta rotatividade, sob a forma abominável de círculo vicioso da gestão escolar; demissão em massa no fim de cada ano letivo e contratação em massa no início das aulas. Portanto, uma festa para os políticos e governantes considerando que, segundo o Ministério do Trabalho, Emprego e Renda, o setor do magistério é o 3º maior setor emprego do país. Por conseguinte, um espaço ideal para a troca de favores políticos. Basta lembrar que os contratos de trabalho de professores no Brasil temporário alcançam o percentual médio de 30% da Rede Pública. Trata-se de um número escandaloso, uma vez que representa o Estado praticando ilegalidade em alta escala e rotineiramente nas administrações pública!

Essa forma de gestão tem provocado sérios transtornos no fazer pedagógico do professor, primeiro esse profissional é desmotivado a atuar de forma efetiva, construindo uma prática que promova mudanças significativas no seu micro espaço. Em segundo lugar, a geração atual não terá nenhuma motivação em se firmar na carreira docente. É um ciclo de desmotivação, que gerando um certo descrédito em quem insiste em fazer educação em um país marcado pela corrupção. O povo brasileiro nos últimos anos, têm experimentado a maior decepção, no que se refere as políticas educacionais. A Universidade Pública, a educação básica, está sendo fortemente atacada, com as armas mais cruéis que um gestor público pode adotar, a ignorância. Nesse sentido, as instituições que fomenta a pesquisa enfrentando a era dos cortes nos investimentos direcionados a formação da população de baixa renda. Como a universidade pública vai promover o tripé: ensino, pesquisa e extensão, se o gestor não vê com bons olhos uma educação de qualidade para os povos socialmente vulneráveis.

Nessa compreensão, a função do profissional da educação exige uma postura inovadora e o sujeito que deve estar aberto ao novo. Requer curiosidade para desenvolver a arte de ensinar com mais eficiência e qualidade. Para isso Paulo Freire ainda recomenda que a formação docente é uma questão de sobrevivência, não de opção como muito professores imaginam ser:

[...] a formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. E pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário a reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática (FREIRE 2004, p. 39).

É nessa direção que o educador do momento deve caminhar. A educação é uma prática que em si, traz o significado de transformação da realidade. Tendo em vista o espírito a vontade de quem quer mudar é não dá para conceber um educador que parou no tempo. Nesse aspecto, a indisposição tem sido um elemento que tem contribuído de forma negativa no fazer pedagógico de muitos professores que não têm mais sonho. A disposição é uma condição fundante da prática educativa. Sem tal disposição a mudança não se efetiva. Essa disposição perpassa as atitudes do educador.

CONCLUSÃO

A conclusão deste estudo, representa o início de outras investigações, considerando que os resultados aqui expostos, é apenas um pequeno fragmento, diante de estudos que ainda poderão ser desenvolvidos patindo da temática em discussão. A inquestude do pesquisador em analisar os elementos socioeconômicos que interferem na qualidade dos cursos de formação docente, possibilitou uma gama de conhecimento, considerando que os referenciais teróricos e legais, bem as análises documentais lançaram luzes sobre os lugares obscuros.

Ao adentrar no campo de pesquisa, comparando o ideal com real, constatou-se que existe um divórcio do que propõe a legislação com a realidade vivenciada pelos acadêmicos do curso de Matemática do Centro de Estudos Superiores do Município de Lábrea. Nesses termos, os conhecimentos adquiridos, com o estudo ora concluído, favoreceu um conhecimento real de como são implementadas as políticas públicas de formação docente no contexto brasileiro, especificamente nos municípios do interior do Amazonas.

Os comentários e as reflexões tecidos nessa produção, não representam unicamente a concepção de seu produtor, mas fruto de estudos que se deram através de observações diretas e indiretas, bem como a consulta de outras obras de autores de renomes que deixaram seu legado sociocultural que por certo consubstanciou teórico e legalmente as proposições aqui defendidas. Ao concluir essa etapa de estudo, entende-se que são necessárias outras buscas, pois, o conhecimento é progressivo, não há limites para aprender, há um vasto universo a ser investigado. O conhecimento se fomenta conforme a busca do aprendiz.

Partindo dessas reflexões, e vale ressaltar, que o conhecimento real é construído quando o pesquisador emerge no processo de investigação, quando há um envolvimento com o fenômeno em estudo. É quando de fato se dissimula os fatores que provocam as consequências, que se manifestam no chão da escola, onde é o conhecimento de causa

e efeito sem máscaras se manifesta, revelando as facetas que constituem os elementos preponderantes que interferem na qualidade dos cursos de formação docente.

A consolidação desse estudo, foi um desafio, pois primeiro se mentalizou e arquetetou o projeto, seguindo todas etapas propostas, o processo de construção, foi sem dúvida, uma tarefa árdua, visto a pesquisa requer disposição, tempo, recursos e um olhar clínico, humildade, para interagir com o público em estudo. Essa emersão no campo de pesquisa possibilitou uma visão abrangente da realidade em estudo.

Fazendo um balanço geral da investigação, pode-se afirmar que objetivo um, que versa sobre os determinantes históricos e culturais que refletem na qualidade do curso de Matemática mediado por tecnologia destinado aos acadêmicos de município de Lábrea-AM, foi possível compreender que sistema socioeconômico ao longo da História da Educação desencadeou todo processo de mudança gerando enormes transtornos na consistência nas políticas de formação docente. Tendo em vista esses entraves sociopolítico e cultural, os profissionais do conhecimento recebem uma formação de baixa qualidade, despreparados para atuar com uma prática inovadora. Aqui se entendem o descaso que os gestores públicos têm com a formação dos formadores das profissões, com profissional que tem a função de formar todos os profissionais que desempenham suas funções no mundo do trabalho.

Infere-se, que atualmente, a qualidade dos cursos de formação inicial ofertados pela as universidades, seja federal, estadual ou particulares não atendem as demandas que o atual contexto histórico apresenta, visto que os tempos mudaram, a geração atual traz outros anseios, exigências e novos desafios. Tudo perpassa a formação do profissional que lida com o aluno concreto, no micro espaço de atuação, o chão da sala de aula. Os professores egressos, dessas formações alijeiradas terão enormes dificuldades em alinhar a teoria com uma prática transformadora, isso se deve a carga horária do curso que não são suficientes para consolidar uma formação consistente. Esses e outros fatores terão seus reflexos negativos na prática pedagógica dos professores produto dessas formações.

Fazendo uma análise da realidade em estudo, a pesquisa apontou que o fator financeiro constitui um agravante, visto que a maioria dos envolvidos no estudo sobrevivem com um salário mínimo, sendo que 50% desse público são provedores do sustento da família. Pela inflação galopante em que se encontra o Brasil, é inviável uma sobrevivência com a renda de um salário mínimo, isso constitui um desafio para os chefes de família que custeiam as despesas da casa. Tal fenômeno social tem interferido de formação negativa na assimilação dos conteúdos ministrados.

Constatou-se que as dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos dos cursos de Licenciatura em Matemática do município de Lábrea, consiste no fator financeiro e dificulta a permanência no curso. Aqui a Universidade poderia atender os acadêmicos de baixa renda como uma bolsa de estudo como complemento do orçamento mensal.

A qualidade do sinal de internet tem sido uma das dificuldades de acesso dos

acadêmicos as pesquisas e o acompanhamento das aulas de forma proveitosa, em suas colocações, o sinal de internet oscila muito, essa é uma realidade enfrentada pelas populações que residem no interior do estado, especificamente pelos municípios de Lábrea que estão à distância de mais de 800 quilômetros de Manaus.

Tal realidade tem colocado em desvantagem com os alunos da capital. O curso é televisionado, onde a central está situada na capital do Amazonas, embora exista certos aparatos pedagógicos, mas na concepção dos entrevistados, o virtual nunca substituirá o presencial. Isso foi evidenciado no período de pandemia, onde o distanciamento social foi uma realidade em todo os espaços geográficos.

A forma como o curso é transmitido tem deixado lacuna de aprendizagem, o tempo não é suficiente para os acadêmicos assimilarem e aprenderem os conteúdos ministrados. Logo, é inviável reter o básico da formação, isso terá seus reflexos quando tais acadêmicos estiverem regendo classes de estudo.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Formação Continuada como Instrumento de Profissionalização Docente**. In: VEIGA, Passos Alencastro. (Orgs.). **Caminho da Profissionalização do Magistério**. 3ª. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003, p.104. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

AGUIAR, M. Institutos Superiores de Educação na Nova LDB. In: **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. BRZEZINSKI, Íria (org.) São Paulo. Cortez, 2002.

GHEDIN, Evandro. (Orgs.). **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo Cortez, 2005. p. 216.

BRZEZINSKI, Íria. A formação e a carreira de profissionais da educação na LDB 9394/96: Possibilidade e Perplexidade. In: **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. BREZEINSKI, Iria. (org.) São Paulo. Cortez 2009.

BRASIL. Lei Darcy Ribeiro 1996: **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional: Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional**. 5 ed. Brasília, DF: Camara dos Deputado, Coordenação Edições, 2010.

CARNEIRO, M. A. LDB fácil: **Leitura Crítico compreensiva**, artigo. 23. ed, revista ampliada- Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CHARLOT, B. Formação de professores: a pesquisa e a política educacional. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. (Orgs.). **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2005. p.94.

CHAUÍ, M. **Escrito sobre a universidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

DEMO, P. **Educação e conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FRANCO, M. A do R. S. **Pedagogia como ciência da educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessário à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Reflexividade e formação de professores: outra oscilação?** In: PIMENTA, Selma Garrida; GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: genes e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 74.

LUCKESI, C. C. **Fazer Universidade: uma Proposta Metodológica**. [ET.al] – 15.ed. São Paulo Cortez, 2007.

_____. O papel da didática na formação do educador. In: CANDAU, Maria Vera. (Org.). **A didática em questão**. Petrópolis RJ: Vozes, 2009. p. 29.

MORETTO, V. **Prova um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIMENTA, S.G. ANASTASIOU L das G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez 2005.

PIMENTA, S. Garrido; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 83-88.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: Unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. S. G. **Formação de Professores: Identidade e Saberes Docente**. São Paulo: Cortez, 2000.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Tendência Investigativa na formação docente de professores**. In: SANDOVAL, Lorenzo G. Educação versus pobreza. In. Menezes, Luís C. (org.). **Professores: formação e profissão**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=56621-bnccapresentacao-fundamentos-pedagogicos-estrutura-df&category_slug=janeiro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra; 2011.

_____, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica número 26, 2009**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/indic_sociais2009.pdf>. Jusbrasil disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/697347146/decreto-9765-19>> acesso em 21 de maio 2020.